



Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 498, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.552, de 13 de novembro de 2002, na Resolução nº 48, de 21 de dezembro de 2007, do Senado Federal, e no Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011 resolve:

Art. 1º Os arts. 3º e 6º da Portaria nº 497, de 27 de agosto de 1990, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º

§6º Em se tratando de garantia da União à entidade da Administração Federal indireta, será dispensada a entrega da documentação constante da alínea d do inciso VII deste artigo, quando se tratar de renegociação de dívida contraída com empresa estatal federal, condicionado ao oferecimento de contragarantias suficientes em valor igual ou superior ao da garantia prestada." (NR)

"Art. 6º

§1º Em se tratando de garantia da União à entidade da Administração Federal indireta, será dispensada a manifestação quanto ao aspecto constante da alínea g do inciso I deste artigo, quando se tratar de renegociação de dívida contraída com empresa estatal federal, condicionado ao oferecimento de contragarantias suficientes em valor igual ou superior ao da garantia prestada.

§2º Ressalvados os casos classificados como sigilosos pela legislação pertinente, a decisão ministerial será publicada no "Diário Oficial" da União." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUIDO MANTEGA

BANCO CENTRAL DO BRASIL

ATO Nº 1.283, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

Declara cessada a liquidação extrajudicial da Consvel Administradora de Consórcios Ltda.

O Presidente do Banco Central do Brasil, no uso das atribuições que lhe confere o art. 12, inciso XVII, do Regimento Interno, com fundamento no art. 19, alínea "d", da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974,

Considerando a decretação da falência da Consvel Administradora de Consórcios Ltda. por sentença de 29 de setembro de 2014, prolatada pelo Dr. Daniel Camilo Costa, Juiz da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo (SP), publicada no Diário de Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça de São Paulo, de 24 de outubro de 2014, e a nomeação de Lauria Sociedade de Advogados, representada pelo Senhor Marco Antonio Parisi Lauria, para exercer a função de Administradora Judicial, nos autos do processo nº 1009917-32.2014.8.26.0100, resolve:

Art. 1º Fica cessada a liquidação extrajudicial da Consvel Administradora de Consórcios Ltda., CNPJ 55.489.553/0001-41, com sede em São Paulo (SP), a que foi submetida pelo Ato do Presidente nº 1.242, de 7 de fevereiro de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 8 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Fica dispensado do encargo de liquidante o Senhor Edison Benedito Alexandre, carteira de identidade RG 7.795.117 - SSP/SP e CPF 723.181.808-06.

ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI

DIRETORIA COLEGIADA

CIRCULAR Nº 3.738, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014

Altera a Circular nº 3.693, de 20 de dezembro de 2013, que estabelece procedimentos para contabilização da remuneração de correspondentes no País.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 10 de dezembro de 2014, com base nos arts. 9º e 10, inciso IX, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 21 da Resolução nº 3.954, de 24 de fevereiro de 2011, resolve:

Art. 1º O art. 1º da Circular nº 3.693, de 20 de dezembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

§ 1º Fica facultado o registro no ativo:

I - de até dois terços da remuneração mencionada no caput, referente à originação ocorrida no ano de 2015, devendo a parcela restante ser contabilizada como despesa do período; e

II - de até um terço da despesa mencionada no caput, referente à originação ocorrida no ano de 2016, devendo a parcela restante ser contabilizada como despesa do período.

§ 2º A partir de 1º de janeiro de 2017, a remuneração mencionada no caput deve ser reconhecida integralmente como despesa.

§ 3º Os valores registrados no ativo com base na faculdade prevista no § 1º devem ser integralmente amortizados, de forma linear, no prazo máximo de 36 meses, contados a partir de seu registro no ativo, ou imediatamente, quando da liquidação ou da baixa da operação por qualquer motivo.

§ 4º A partir de 1º de janeiro de 2020, todos os valores eventualmente registrados no ativo, relativos a remuneração de correspondentes no país de que trata o caput, devem ser imediatamente baixados, tendo como contrapartida a adequada conta de despesa do período, sendo vedado qualquer registro adicional ou a manutenção de valores dessa natureza no ativo.

§ 5º A instituição que se utilizar da faculdade prevista no § 1º deve divulgar a adoção dessa opção na nota explicativa que trata das políticas contábeis, bem como quantificar seus efeitos no resultado do período em nota explicativa específica." (NR)

Art. 2º Esta Circular entra em vigor em 2 de janeiro de 2015.

LUIZ AWAZU PEREIRA DA SILVA
Diretor de Regulação

ANTHERO DE MORAES MEIRELLES
Diretor de Fiscalização

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO

CARTA-CIRCULAR Nº 3.683 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014

Altera as Instruções de Preenchimento do documento de código 2041 - Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO), de que tratam a Circular nº 3.398, de 23 de julho de 2008, e Carta Circular nº 3.616, de 12 de novembro de 2013.

O Chefe Substituto do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro (Desig), no uso da atribuição que lhe confere o art. 22, inciso I, alínea "a" do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 29.971, de 4 de março de 2005, com base no disposto no inciso II do art. 71 do referido Regimento, no art. 1º da Circular nº 3.398, de 23 de julho de 2008, e na Carta Circular nº 3.616, de 12 de novembro de 2013, e tendo em vista as alterações produzidas pelas Resoluções ns. 4.278 e 4.281, de 31 de outubro de 2013, Resolução nº 4.311, de 20 de fevereiro de 2014, Circular nº 3.714, de 20 de agosto de 2014, Circulares ns. 3.674, 3.675, 3.677, de 31 de outubro de 2013, e Circular nº 3.730, de 18 de novembro de 2014, resolve:

Art. 1º Passam a vigorar, a partir da data-base de novembro de 2014, as novas versões das Instruções de Preenchimento do documento de código 2041 - Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO), disponíveis na página do Banco Central do Brasil na internet, no endereço eletrônico <http://www.bcb.gov.br/LEIAUTES>.

Art. 2º Foram efetuadas as seguintes alterações:
I - em Orientações Gerais - atualização de referências normativas;

II - na Tabela 03 - Contas:

a) atualização de base normativa para as contas 110, 111, 111.01, 111.03, 111.08, 111.91, 111.91.01, 111.91.02, 111.91.06, 111.91.07, 111.92, 111.92.01, 111.92.02, 111.92.02.01, 111.92.02.02, 111.92.03, 111.92.04, 111.92.05, 111.92.05.90, 111.92.06.01, 111.92.06.01.01, 111.92.06.01.01.90, 111.92.06.02, 111.92.07, 111.92.08, 111.92.08.01, 111.92.08.02, 111.92.08.03, 111.92.08.04, 111.92.08.05, 111.92.09, 111.92.09.01, 111.92.09.02, 111.92.10, 111.92.11, 111.92.12, 111.93, 111.93.01, 111.93.02, 111.93.02.01, 111.94, 111.94.01, 111.94.01.01, 111.94.01.02, 111.94.01.02.01, 111.94.02, 111.94.02.01, 111.94.02.01.90, 111.94.02.01.90.01, 111.94.02.01.90.90, 111.94.02.01.90.91, 111.94.02.01.90.92, 111.94.02.01.90.93, 111.94.03, 111.94.03.01, 112, 112.01, 112.01.01, 112.01.02, 112.90, 112.90.01, 112.90.02, 112.90.03, 112.91, 112.93, 112.93.01, 112.93.02, 112.93.03, 112.93.04, 120, 120.01.01, 120.01.02.01, 120.01.02.02, 120.02, 120.02.01, 120.90, 120.90.01, 120.90.02, 120.90.02.01, 120.90.02.02, 120.90.03, 120.91, 120.92, 120.92.01, 120.92.02, 120.92.03, 120.92.04, 160.08, 860, 860.01, 860.04, 860.07, 860.08, 860.09, 860.10, 865, 866, 870, 900, 910, 911, 920, 930, 931 e 932;

b) alterações normativas para aplicação de FPR nas contas 510.03, 521.01 a 521.09, 522.01 a 522.08, 523.01 a 523.07, 524.01 a 524.07, 525.01 a 525.07, 526.01, 526.02, 527.01, 530.03, 530.07, 530.08, 530.16, 530.17, 530.18, 540.02, 540.03, 540.05, 550.03, 550.12, 560.01, 560.02, 570.05, 570.06, 570.07, 610.01, 620.02, 620.06, 620.07, 640.01 a 640.03, 650.01 a 650.03, 660.01 a 660.03 e 670.13;

c) alteração da descrição das contas 120.01.02.01, 120.01.02.02, 160.07 e 160.08;

d) inclusão da conta 680.07 - COMPENSAÇÃO DE CHEQUES DEPOSITADOS EM CONTAS DE CLIENTES;

III - na Tabela 011 - Mitigadores de Risco, alteração da descrição do código 14;

Art. 3º O novo leiaute e o novo arquivo de apoio encontram-se disponíveis no endereço eletrônico mencionado no art. 1º desta Carta Circular.

Art. 4º Esta Carta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

GILNEU FRANCISCO ASTOLFI VIVAN

ANEXO

Codificação no Catálogo de Documentos (Cadoc) e demais características:

Código do Documento: 2041.

Nome do Documento: Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO).

Sistema para Remessa: Sistema de Transferência de Arquivos (STA), disponível na página do Banco Central do Brasil na Internet, no endereço <https://sta.bcb.gov.br/sta/>, na forma da Carta Circular nº 3.588, de 18 de março de 2013.

Periodicidade da Remessa: Mensal.

Data-limite para Remessa: nos termos da Circular nº 3.398, de 23 de julho de 2008, com redação dada pela Circular nº 3.686, de 29 de novembro 2013.

Unidade Responsável pela Curadoria: Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro (Desig).

Forma de Remessa: Meio eletrônico.

Formato para Remessa: XML (eXtensible Markup Language).

Validação da Remessa: Antecipada.

Esquema de Validação da Remessa: XSD (XML Schema Definition).

Elementos Adicionais para Remessa: leiaute, em formato XML; modelos, em formato Excel; esquemas de validação XSD; arquivos-exemplo; programa validador; e instruções de preenchimento, disponíveis na página do Banco Central do Brasil na internet, no endereço <http://www.bcb.gov.br/LEIAUTES>.

Diretor Responsável pela elaboração e remessa: indicado nos termos do art. 40 da Circular nº 3.432, de 3 de fevereiro de 2009.

Registro do Diretor Responsável pela Remessa: no módulo "Vínculos - Inclusão - Diretor Responsável por Área de Atuação" do Unicaud.

Registro do Empregado Indicado para Responder a Questões: no módulo "Vínculos - Inclusão - Responsável por Envio de Informações" do Unicaud.

Endereço Eletrônico para Solução de Dúvidas sobre a Remessa e Preenchimento do Documento: dlo@bcb.gov.br.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATOS DECLARATÓRIOS DE 3 DE DEZEMBRO DE 2014

Nº 14.011 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza FRANCISCO CLAUDIO DUDA, CPF nº 261.899.331-49, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 5 de maio de 1999.

Nº 14.012 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, por decisão administrativa, a autorização concedida a TENOR CAPITAL GESTÃO DE PATRIMÔNIO LTDA., CNPJ nº 15.145.219, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 5 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

ATOS DECLARATÓRIOS DE 9 DE DEZEMBRO DE 2014

Nº 14.013 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza BERNARDO PROA BRESSANE, CPF nº 108.541.947-97, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 5 de maio de 1999.

Nº 14.014 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza MARCELLO CARVALHO DE ALMEIDA, CPF nº 014.235.697-25, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 5 de maio de 1999.

Nº 14.015 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza CÉSAR AUGUSTO FIALHO HUBNER, CPF nº 490.599.631-72, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 5 de maio de 1999.

Nº 14.016 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza BRASIL PRIVATE EQUITY LTDA., CNPJ nº 01.714.818, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 5 de maio de 1999.